



## JUVENTUDE NEGRA: DESAFIOS PARA O ENSINO MÉDIO E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.

Marcelo Henrique de Sá <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho busca construir uma discussão sobre os desafios da juventude negra no que diz respeito ao acesso à educação, tendo como análise o Ensino Médio e o Ensino Superior. Neste sentido, percebe-se que apesar dos avanços nos últimos anos ao que diz respeito ao acesso à educação de jovens negros, muito por conta de políticas públicas, a desigualdade entre brancos e negros ainda é muito grande, fruto de um racismo que está impregnado nas várias esferas sociais no Brasil. Para os jovens negros o maior desafio está na conclusão do Ensino Médio, que é marcado por um uma série de obstáculos, como alto índice de evasão, reprovação sequencial entre outros, assim sendo os jovens negros muitas das vezes, não tem a possibilidade de almejar uma vaga no Ensino Superior, apesar dos avanços nessa etapa causada principalmente políticas de cotas nas universidades.

**Palavras-chave:** Juventude Negra, Ensino Médio, Ensino Superior.

### RESUMEN

Este trabajo busca construir una discusión sobre los desafíos de la juventud negra en cuanto al acceso a la educación, teniendo como análisis la Educación Secundaria y Superior. En este sentido, es claro que a pesar de los avances de los últimos años en cuanto al acceso a la educación de los jóvenes negros, en gran parte debido a las políticas públicas, la desigualdad entre blancos y negros sigue siendo muy grande, fruto de un racismo que está permeado en las diversas esferas sociales en Brasil. Para los jóvenes negros, el mayor desafío es completar el bachillerato, el cual está marcado por una serie de obstáculos, como alta tasa de deserción, fracaso secuencial, entre otros, por lo que los jóvenes negros muchas veces no tienen la posibilidad de aspirar a un lugar en la Educación Superior. a pesar de los avances en esta etapa provocados principalmente por las políticas de cuotas en las universidades.

**Palabras clave:** Juventud Negra, Bachillerato, Educación Superior.

### INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é discutir os desafios da juventude negra ao que diz respeito ao acesso à educação, sendo analisado duas etapas de ensino (Ensino Médio e Ensino Superior). Sendo assim, a pesquisa constitui-se a partir de uma revisão bibliográfica, afim de responder as questões analisadas.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF, [marceloh101@hotmail.com](mailto:marceloh101@hotmail.com);



A validade dessa pesquisa pode ser sintetizada pela discussão que permeia as relações da juventude negra na sociedade, onde esses sujeitos tem suas vivências sociais marcadas pelo racismo, conseqüentemente expressa ao acesso à educação, que foi historicamente negada a esses jovens. Assim sendo, essa discussão é necessária para a juventude negra, pois traz consigo toda a problemática da inclusão desses sujeitos tanto no ensino médio e no ensino superior, tendo nas ações afirmativas ponto de reparação histórica para esse grupo historicamente injustiçado.

Percebe-se que uma grande parcela da população negra em nosso país, sobrevivem em condições indignas, tendo como característica quase universal o não exercício pleno de sua cidadania, no que se refere ao acesso em quantidade e qualidade de serviços sociais públicos fundamentais para a sua atuação enquanto cidadãos. Mas em especial no que tange o campo educacional, esta situação é explícita, e demonstra a existência no ceio da sociedade brasileira, onde as diferenças de classe, definem as assimetrias ao acesso a um melhor sistema educacional. Contudo, quando é analisado dados referentes às condições de vida de negros e brancos as desigualdades tornam-se mais expressivas (OSÓRIO, 2009, apud. DE OLIVEIRA, 2015).

O processo de exclusão no Brasil, da população negra ao acesso da educação (nos mais diversos níveis) tem sido confirmada em vários estudos de diversas áreas do conhecimento como em MUNANGA (2001), NASCIMENTO (2016), PASSOS (2012), CRUZ (2005), DE OLIVEIRA (2015). Além de diversos estudos científicos, tal realidade também é expressa pelos levantamentos e pesquisas de várias agências governamentais e de órgãos internacionais, em especial os levantamentos da condição socioeconômica da população negra do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), IBGE, Organização das Nações Unidas (ONU), etc., que descrevem a evidente inferioridade dos negros no mercado de trabalho e na educação no Brasil (SILVÉRIO, 2007).

Nesse aspecto, um exemplo prático são os dados do PNAD/IBGE, que demonstram em valores percentuais que a desigualdade entre brancos e negros, no que diz respeito ao acesso à educação, tanto no ensino médio e no superior, se manteve estagnada até os primeiros anos após a virada do século. Em 1993, 8,4% entre os negros e 16,5 entre os brancos possuem o ensino médio completo. Já no ensino superior os percentuais eram de 1,5% para a população negra e 8,4% para os brancos. Com o passar dos anos os negros aumentam intensamente suas presenças tanto no ensino médio como



no superior, alcançando em 2011, 35,8% com ensino médio completo e 9,4% com nível superior. Já na população branca os números eram 41,8% com ensino médio e 23,2% com acesso ao nível superior (PICANÇO, 2016).

Sendo assim, percebe-se que esse aumento da presença dos jovens negros tanto no ensino médio como no superior, está ligada diretamente a políticas públicas, que visaram amenizar as desigualdades raciais nessas etapas. Neste sentido, é apresentando novos desafios, principalmente relacionado a permanências e conclusão nestas etapas.

Levando em consideração que esses jovens são produtores de espacialidades através de suas trajetórias socioespaciais atreladas ao ensino médio e superior, é notável que esse aumento na presença de jovens negros nessas etapas acarretou em novas formas de ocupação de espaços, principalmente no acesso ao campus das Universidades Federais em todo Brasil, acrescentando uma diversidade racial na paisagem desses territórios.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa tem a juventude negra como uma das categorias centrais de análise e discussão. Com isso, tê-los como sujeitos da investigação é também um pressuposto de pesquisa, assim sendo, nos ajuda na investigação sobre os desafios que os mesmos possuem ao acesso à educação.

No contexto dessa investigação, a pesquisa buscou realizar uma revisão bibliográfica, partindo de dados quantitativos com a finalidade de responder a problemática do trabalho. As pesquisas foram divididas em 2 momentos centrais. No primeiro, foi realizada uma pesquisa em revistas eletrônicas sobre a temática de juventude negra, a fim de construir um aporte teórico, os resultados evidenciaram uma predominância dessa temática relacionada com violências e com expressões culturais. Já no segundo momento foi pesquisado à cerca dos desafios dos jovens negros e acesso à educação, evidenciando uma gama de trabalhos que demonstram a realidade desses sujeitos dessas etapas de ensino.

## **JUVENTUDE NEGRA**



No final dos anos 1980, com a difusão dos processos de globalização, as transformações nos processos produtivos e a flexibilidade das relações de trabalho, temas como desemprego e violência se apresentaram como sendo os grandes dilemas da juventude brasileira (SILVÉRIO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019).

Enfatiza-se que nos anos de 1980 e 1990, houve uma diversificação significativa no que tange aos aspectos teórico-metodológicos, nas pesquisas sobre juventude, destacando principalmente os estudos culturais com ênfase nas subculturas juvenis, no mundo do trabalho, na educação e violência (TAVARES, 2012).

Os debates acerca da temática juventude vêm se fortalecendo cada vez mais nos espaços acadêmicos, criando assim oportunidade a constituição de uma agenda nacional, buscando o desenvolvimento de debates envolvendo diversos setores sociais e pesquisadores ligados a temática. Portanto, é possível afirmar que muitos dos problemas que envolvem os jovens na sociedade perduram com o passar dos anos. Neste sentido, os debates sobre juventude têm grande influência na busca de novas proposições e demandas a respeito da efetivação de políticas públicas para a juventude perante as várias transformações e mudanças apresentadas por esses sujeitos (EUGÊNIO; SENA DE SOUZA, 2017).

GROPPO (2016), enfatiza que as pesquisas sobre juventude se agrupam nas teorias tradicionais, críticas e pós-críticas. Cada teoria possui conceitos e paradigmas que as definem, com a finalidade de compreensão dos jovens.

Atualmente, o debate hegemônico se situa entre as teorias pós-críticas que tem buscado compreender as juventudes a partir das rupturas com suas formas tradicionais de interpretação. (EUGÊNIO; SENA DE SOUZA, 2017). Nelas, as transições juvenis se apresentam de forma não-lineares se fazendo por meio de socialização ativa (GROPPO, 2016 apud. EUGÊNIO; SENA DE SOUZA, 2017).

Neste sentido, a juventude é entendida como categoria social, diferente de outras fases da vida, ela é produto da sociedade moderna e de suas instituições:

A juventude é, na sociologia, uma categoria social. Social pelo fato de fazer parte da estrutura social, de formar um grupo, uma coletividade de sujeitos, assemelhados pelo status etário intermediário. Também é uma categoria social por fazer parte do imaginário social, como símbolo. Nos termos de Durkheim (2000), ela é uma representação social, um conjunto de atribuições – ora positivas, ora negativas – criadas por uma coletividade e associados à condição juvenil (GROPPO, 2017, p.13).



A juventude também é uma categoria histórica, pois como representação social e grupo etário, não é formada ou reconhecida em todas as sociedades. Quando existente, a juventude atua de modos distintos, de acordo com a sociedade em que vigora, até mesmo, conforme o grupo específico ou classe social. Assim sendo, a juventude é considerada uma categoria histórica, porque está sujeita a transformações e mudanças, podendo desaparecer em momentos que a sociedade se reconfigura (GROPPO, 2017).

Portanto, apenas a idade não define a condição juvenil, já que ela é mais do que apenas uma fase transitória entre infância e a vida adulta, sendo um período da vida que tem suas próprias características (PEREIRA, 2016 apud. SILVÉRIO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019).

GROPPO (2017), nos ensina que em uma sociedade complexa como a nossa, é impossível a existência de apenas uma única juventude, sendo assim, compreendida uma juventude no plural. A partir dessa concepção é possível analisar a juventude em suas várias possibilidades de viver, suas limitações, dadas as demais estruturas e condições sociais.

Desta maneira, não é possível falar em apenas uma única experiência juvenil, podendo ter sua experiência variada de acordo com a identidade racial, a questão de gênero, sexualidade, classe, contexto histórico, entre outras características (RAMOS et al., 2018).

Acrescenta-se também o espaço como elemento que define a condição juvenil em suas múltiplas dimensões, sendo ele parte integrante da prática dos jovens. Assim, a juventude se produz relacionada diretamente como os jovens se estabelecem com o espaço, possuindo suas diferentes formas de espacialidade, maneiras de relacionar e representar a cidade, usos distintos e desiguais, lugares que vão frequentar e os que não frequentam, são formas que demonstram a vasta relação espacial que compõe as juventudes (CASSAB et al., 2016).

A construção da noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considera-la para além de critérios rígidos, mas sim como parte ativa de um processo de crescimento mais totalizante, ganhando contornos específicos através do conjunto de experiências vividas por esses sujeitos jovens no seu contexto social. “Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta” (DAYRELL, 2003, p. 42).



Sendo assim, é de suma importância analisar as diferenças entre as juventudes.

[...] A partir de seus cotidianos, é possível perceber a diversidade de comportamentos entre os jovens, portanto, se não há um único modo de ser jovem – o que há são juventudes. Essa percepção revela que, embora apoiada sobre situações e significações diferentes, a juventude é reconhecida como condição válida e que faz sentido para diferentes grupos sociais, sendo várias as formas como cada sociedade, num tempo histórico, e cada grupo social vão lidar com esse momento e representá-lo. (PASSOS, 2012, p.142).

A caracterização da juventude brasileira acompanha a diversidade social e cultural presente na sociedade brasileira, sendo que os marcadores sociais têm grande influência nessa construção. Assim, o fator raça, possui grande relevância em todos os aspectos da realidade socioespacial, cultural, econômico, educacional e demográfica desses jovens.

Neste sentido, as condições socioespaciais vividas pelos jovens negros são marcadas por um leque de manifestações do racismo, caracterizando assim toda uma dinâmica de desigualdades. Em uma sociedade que o racismo está impregnado nas relações sociais, os jovens negros experimentam sua condição juvenil diferente de jovens brancos, sendo expostos a maior precariedade de acesso e oportunidades. Portanto, é importante analisar os indicadores sociais para buscar entender os contextos desses jovens.

Os indicadores sociais possuem grande importância na análise da situação desses jovens, constituindo uma base empírica que confirma a noção que as juventudes são muitas e que são fundamentalmente estabelecidas por múltiplas dimensões da existência, que vão condicionar o leque de oportunidades que esses jovens experimentam a partir da sua condição juvenil (DAYRELL; CARRANO, 2002).

Os jovens negros são apresentados como categoria social, possuindo elementos próprios a um determinado grupo. Nesse aspecto, esses jovens são entendidos como constituídos de identidade racial, com suas variações e diversidade social, sexual, de gênero, de valores, de localização geográfica, de classe entre outros, influenciados pelo meio social concreto no qual se desenvolvem e pela qualidade das trocas que esse meio proporciona. Portanto, a homogeneidade ou a heterogeneidade dos sujeitos jovens negros é formada através do resultado das suas trajetórias biográficas e de suas experiências socializadora (PASSOS, 2012). Acrescenta-se também a essa formação as trajetórias socioespaciais desses jovens.



Identidade racial é o sentimento de pertencimento a um grupo racial, decorrente de construção social, cultural e política. Neste sentido, a identidade racial está relacionada com a história de vida e a consciência adquirida diante das prescrições sociais/raciais, racistas ou não, de uma determinada cultura. Assumir a identidade racial negra em um país como o Brasil é um processo extremamente difícil e doloroso, levando em consideração que os modelos “bons”, “positivos” e de “sucesso” de identidades negras não são muitos e poucos divulgados e o respeito à diferença em meio à diversidade de identidade raciais inexistente (OLIVEIRA, 2004).

Sendo assim, em um mesmo contexto socioespacial, pode-se encontrar variadas trajetórias socioespaciais, sendo possível estabelecer paralelos entre a diversidade juvenil e os múltiplos contextos socioespaciais (CARDOSO; TURRA NETO, 2011). Como é o caso dos jovens negros, que pelo fator racial estão subjugados ao racismo em suas trajetórias socioespaciais.

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, se manifestando através de práticas conscientes ou inconscientes que resulta em desvantagens ou privilégios para determinados indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019). Portanto, o racismo é associado à hierarquização das relações de poder, implicando em desigualdades de acesso e oportunidades para a juventude negra afetando diretamente nas suas experimentações da condição juvenil.

[...] Isso determina suas condições sociais e favorece a estratificação social, materializada na cultura, nos valores, nos comportamentos e organizações sociais brasileiros que tratam os jovens negros de forma excludente. Da juventude negra, ressaltam-se apenas os conflitos, a violência, o vandalismo e a delinquência de uma categoria que se vê diante de uma ordem social injusta, permeada de descrença política referente a contextos de desumanização, em que suas potencialidades são privadas (PASSOS, 2010 apud. EUGÊNIO; SENA DE SOUZA, 2017).

Os últimos anos, demonstram a existência de uma situação alarmante em que se encontram os jovens negros no Brasil. Essa situação está relacionada diretamente como esses jovens negros interagem com o espaço e na construção de subjetividade, refletindo na precariedade de oportunidade, dificuldade de inserção no mercado de trabalho (como resultado a busca por trabalhos informais), crescente taxa de homicídio e suicídio de jovens negros e aumento da população carcerária e alto índice de evasão escolar.



Percebe-se que existe toda um acúmulo de desigualdades que afligem a juventude negra atualmente na sociedade, não diferente disso essa situação está presente ao que diz respeito acesso à educação desses jovens.

O acesso à educação foi historicamente negado a população negra, fruto de um longo período de escravização que viveu o Brasil e que marcou profundamente as relações sociais na sociedade brasileira (HOLANDA; WELLER, 2014). Portanto, ao pensar a escolarização de jovens negros, as desigualdades quanto ao acesso, permanência e sucesso nas várias etapas do ensino, ainda está presente, apresentando-se de forma perversa em comparação às condições dos jovens brancos (EUGÊNIO; SENA DE SOUZA, 2017).

Porém, percebe-se um cenário de mudança nos últimos anos na realidade da juventude negra ao que tange o acesso à educação, destacando as políticas públicas que tiveram papel importante nessa mudança, citando principalmente as políticas de ações afirmativas ao ingresso no Ensino Superior brasileiro.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Primeiramente cabe ressaltar, que o Ensino Médio foi implantado no país com a finalidade de preparar os jovens para o Ensino Superior. Sua natureza “introdutória”, pautada em conteúdos básicos para realizar a ponte entre o Ensino Fundamental e o superior, atrelado a oferta limitada, que perdurou até década de 1930, quando se inaugura no país a necessidade de realizar o desenvolvimento nacional, e com isso, impulsionar uma escolarização atrelada principalmente à profissionalização. É somente em 1996, através da promulgação da lei número 9.394, que o Ensino Médio passa a ser considerado a última etapa da educação básica. Anteriormente a lei, o Ensino Médio era voltado, quase que exclusivamente, a uma pequena parcela da população, que podia vislumbrar a entrada no Ensino Superior (SILVÉRIO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019).

O resultado disso é que, até os dias atuais, é grande a quantidade de pessoas fora do Ensino Médio.

Em 2007, entre os jovens brancos de 15 e 17 anos, 85,2% estavam estudando, sendo que 58,7% destes frequentavam o ensino médio, adequado a esta faixa etária. Entre os jovens negros, entretanto, 79,8% frequentavam a escola, mas



apenas 39,4% estudavam no ensino médio, representando uma taxa muito abaixo da desejada. Dados do IPEA, divulgados em 2009, informam que o índice de analfabetismo entre jovens negros ainda é duas vezes maior que entre brancos, apesar da redução da distância entre os dois grupos (PASSOS, 2010).

As interrupções, saídas e interdições vão caracterizando as trajetórias escolares de jovens negros, quando conseguem permanecer, nem sempre concluem a escolaridade básica. Percebe-se que existe um ambiente escolar pouco hospitaleiro para os negros, marcado por mecanismos sórdidos de seleção no interior da escola a partir do pertencimento racial das crianças e jovens negros (PASSOS, 2010).

Em novembro de 2015, dados publicados pelo Instituto Unibanco, referente a 2014, demonstra que, pela primeira vez, a maioria dos jovens negros conseguiu chegar ao Ensino Médio. De acordo com os dados, 51% dos jovens negros estavam no Ensino Médio em 2014, enquanto que em 2001 a proporção era de apenas 25% (SILVÉRIO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019).

Dados referente ao PNAD de 2004 a 2014 demonstram que durante essa década houve uma maior presença e possibilidade de permanência dos jovens na escola. Essas condições foram efetivadas graças a uma articulação de políticas públicas e sociais do governo federal, tais como a ampliação da oferta formal de emprego, a valorização do salário mínimo e o maior acesso da população a programas sociais como o Bolsa Família. Entretanto, segundo Spósito, Souza e Silva (2018), encontramos uma grande desigualdade no percursos escolares e nos níveis de escolarização que esses diferentes sujeitos alcançaram (CORSINO; ZAN, 2020).

Neste sentido, mesmo com o aumento do alunado ao longo das últimas décadas, o Ensino Médio continua sendo palco de desigualdades. No período de 2016 a 2018, acontece um crescimento do acesso à educação pela população negra, porém, as taxas ainda são inferiores às da população branca. Segundo dados do IBGE, (2019), nesse mesmo período houve uma diminuição na proporção de pessoas negras que estavam em descompasso entre idade e série. A conclusão do Ensino Médio entre jovens de 20 a 22 anos havia aumentado entre os negros, representando 58%, porém se mantinha inferior à da população branca (76,8%) (CORSINO; ZAN, 2020).

Assim sendo, sobre à questão da escolarização dos jovens negros, a realidade apresentada indica que os processos de escolarização da maioria deles são marcadas pelas desigualdades, sendo percebida no que tange ao acesso, como na permanência ou



no sucesso, configurando menores oportunidades sociais para a juventude negra (PASSOS, 2010).

Os dados apontam que a juventude negra ainda está sujeita ao racismo, materializando-se em desigualdades de acesso a escola básica, destacando o Ensino Médio. Assim sendo, a escolarização tardia da população brasileira atinge principalmente os jovens negros (RAMOS et al., 2018).

Portanto, diferente dos jovens brancos e amarelos onde a dificuldade maior é de ingressar no Ensino Superior, os jovens negros e indígenas, tem como principal obstáculo em sua escolarização a finalização da educação básica (SENKEVICS; CARVALHO, 2020).

Por esse motivo, vê-se necessário a urgência de políticas públicas e programas governamentais, que garantam condições para que os jovens negros e de baixa renda acessem e concluam os níveis de ensino (RAMOS et al., 2018). Podendo destacar a implementação de cotas raciais no ingresso ao Ensino Superior.

As cotas para o ingresso da população negra brasileira à universidade pública, tem sido utilizada por instituições como ações reparadoras, contribuindo para que a sociedade brasileira possa amenizar as consequências sofridas por aqueles que são vítimas do racismo e da discriminação racial (SILVÉRIO, 2007).

O sistema de cotas nas universidades brasileiras marca um novo momento na história das relações raciais no Brasil. Onde é possível afirmar que no âmbito da educação, o sistema de cotas foi um divisor de águas; sendo visível uma realidade nas Universidades antes das cotas e uma pós cotas. Podendo observar um número elevado de estudantes negros, pobres e de origem de escolas pública ingressando nas Universidade públicas do país (REIS; TENORIO, 2009).

Segundo SENKEVICS, (2021), é nítido a crescente de jovens negros que vem acessando o Ensino Superior no país. Percebe-se que esse crescimento se intensifica principalmente no final da década de 1990, fato atrelado pela segunda expansão do Ensino Superior vivido no país. O início do século XXI, marca as primeiras políticas de ação afirmativas de ingresso ao Ensino Superior e com isso um aumento significativo de estudantes negros e indígenas nessa etapa de ensino, chegando a representar 33% dos jovens entre 18 a 24 anos que acessaram o Ensino Superior no Brasil em 2011.

Em 2012, após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovado a “Lei de cotas” (Lei nº 12.711/12), que foi sancionada pela então Presidenta Dilma



Rouseff. Nota-se em SENKEVICS, (2021), que após 2012, há uma crescente significativa no número de jovens negros e indígenas entre 18 a 24 que acessaram o Ensino Superior, sendo constatado em números expressivos, em 2013 foram 36%, 42% em 2016 e alcançando em 2019 uma representação de 46%.

A alteração do perfil racial e socioeconômico dos ingressantes no Ensino Superior tem contribuído para reflexões e demandas sociais direcionada para este novo cenário. O Ensino Superior no Brasil representou, historicamente, ponto de chegada fácil para parcela considerável dos jovens das classes médias e altas. O acesso de estudantes pretos, pardos e de baixa renda tem contribuído para uma mudança do perfil dos discentes no Ensino Superior do país e atrelado o surgimento de novas reflexões sobre a educação (SILVÉRIO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019).

Contudo, por mais que o sistema de cotas, tenha gerado efeitos benéficos a sociedade brasileira e principalmente a população negra. É possível observar que ainda hoje não é toda a população negra capaz de ter acesso a essa política de ação afirmativa, uma vez que por mais que haja vagas reservadas a elas, a precarização do ensino básico a que tem acesso, a pobreza faz com que o jovem negro em muitos casos nem cogite a possibilidade de cursar o Ensino Superior com cota ou não.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, para a universalização do ensino e a redução das desigualdades raciais na educação é necessário se pensar não somente no acesso, mas na permanência desses sujeitos, eliminando práticas normativas e que, nesse sentido, são discriminatórias a um contingente significativo de jovens negros que acabam impedidos de concluir tanto a educação básica, como a superior (ALVES, 2018).

Destaca-se então que os programas e políticas públicas de ação afirmativa que tem como objetivo contemplar a juventude negra, podem ter um papel significativo na efetivação de garantia dos direitos fundamentais, constituindo como avanços significativos para a juventude negra.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.



ALVES, Miriam Gomes. Jovens negros: representações das culturais juvenis, relações de poder e masculinidades negras presentes na escola. 2018.

CARDOSO, Diogo da Silva ; TURRA NETO, N. . Juventude Cidade e Território: esboços de uma geografia das juventudes. In: I SEMINÁRIO DE PESQUISA JUVENTUDES E CIDADE, 2011, Juiz de Fora - MG. ANAIS ELETRÔNICO - I SEMINÁRIO DE PESQUISA JUVENTUDES E CIDADE, 2011.

CASSAB, Clarice et al. Representações na mídia da juventude e a produção do medo: experiência em uma cidade média brasileira. **Finisterra**, v. 51, n. 102, 2016.

CORSINO, Luciano Nascimento; ZAN, Dirce Djanira Pacheco. Juventude negra, Ensino Médio e democracia: a luta pela escola. **Educar em Revista**, v. 36, 2020.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. História da educação dos negros e outras histórias. Brasília/DF: Ministério da Educação**, p. 21-33, 2005.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista brasileira de educação**, p. 40-52, 2003.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. **Recuperado el**, v. 10, 2002.

DE OLIVEIRA, Ramon. Juventude negra e ensino médio: uma discussão para a agenda das políticas afirmativas. **Revista e-Curriculum**, v. 13, n. 2, p. 309-330, 2015.

EUGÊNIO, B.; SENA DE SOUZA, T. E. Estado do conhecimento sobre juventude negra: análise do VI Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira (JUBRA). **Educação Por Escrito**, v. 8, n. 1, p. 49-66, 29 jun. 2017.

GROPPO, Luis Antonio. **Introdução à sociologia da juventude**. Paco Editorial, 2017.

HOLANDA, Maria Auxiliadora G. ; WELLER, Wivian. TRAJETÓRIAS DE VIDA DE JOVENS NEGRAS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA NO CONTEXTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS. **POIÉSIS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação (Unisul)**, v. 8, p. 57-80, 2014.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e cultura**, v. 4, n. 2, 2001.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, v. 18, p. 57-60, 2004.

PASSOS, J. C.. As desigualdades na escolarização da população negra e a educação de jovens e adultos. **EJA em debate**, v. 1, p. 137-150, 2012.

PASSOS, J. C. dos et al. Juventude negra na EJA: os desafios de uma política pública. 2012.

PASSOS, J. C. **Juventude negra na EJA: os desafios de uma política pública**. Tese (doutorado em educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, pág.339.2010.

PICANÇO, F. S.. Juventude e acesso ao ensino superior no Brasil: onde está o alvo das políticas de ação afirmativa. **LATIN AMERICAN RESEARCH REVIEW**, v. 51, p. 109131, 2016.

RAMOS, A. M. S. ; SANTOS, D. C. ; Meireles, E. C. ; SANTANA, LUCIANA ALAÍDE ALVES . Juventude negra: acesso e conclusão do Ensino Médio no Brasil. In: XIX Encontro Internacional Virtual Educa Bahia 2018, 2018, Salvador - Ba. Anais do XIX Encontro Internacional Virtual Educa Bahia 2018, 2018. v. 1.

REIS, Dyane Brito; TENÓRIO, J. R. Políticas públicas de acesso e permanência da população negra no ensino superior: um debate em curso. **Cadernos ANPAE**, v. 8, p. 1-11, 2009.

SENKEVICS, Adriano Souza. A expansão recente do ensino superior. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 3, n. 4, p. 48-48, 2021.

SENKEVICS, Adriano; CARVALHO, Marília. Novas e velhas barreiras à escolarização da juventude. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 333-351, 2020.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação Afirmativa: uma política pública que faz a diferença. **O negro na universidade: direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

SILVÉRIO, Valter Roberto; OLIVEIRA, F. L. (Org.) ; RODRIGUES, T. C. (Org.) . **Juventude negra: desafios para o ensino médio**. 1ª. ed. São Paulo: Intermeios, 2019. v. 01. 125p .

TAVARES, Breitner. Sociologia da Juventude: da juventude desviante ao protagonismo jovem da Unesco. **Sociedade e Cultura**, v. 15, n. 1, p. 10.5216/sec. v15i1. 20683-10.5216/sec. v15i1. 20683, 2012.

TOMAZ, Cícero Jose; ROCHA, Maria Alice Vasconcelos; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchôa. Juventude, identidade, educação e práticas de consumo pelos jovens. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 28, n. 1, p. 61-78, 2017.